

A AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO: O EQUILÍBRIO ENTRE O ENSINAR E O APRENDER

(Michelle Rezende Magalhães)

Universidad Grendal

Resumo

Este artigo pretende refletir sobre a prática educativa vivenciada diariamente no contexto da educação em Ensino Médio na inclusão de adolescentes com deficiência auditiva, possibilitando ao docente desenvolver um olhar crítico sobre sua atuação e os resultados de suas ações, com o objetivo de conscientizar e propiciar reflexões sobre a diferença da ação educativa baseada na afetividade e espontaneidade, contra aquela que é baseada no autoritarismo, nas diferenças e nas suas consequências. Como irrelevantes resultados, verificamos que a Língua Portuguesa deve estar presente no processo de avaliação, mas que não deve ser a única forma de manifestação do conhecimento utilizada e que, quando aplicada, deve ponderar a escrita do Português como segunda língua. Ademais, a avaliação deve ter como objetivo identificar erros e acertos do processo educacional, guiando as ações educativas que serão utilizadas em seguida. Ainda foi levado em consideração que para a uma avaliação estar adequada ao aluno, é indispensável que esteja embasada também em estratégias mais lúdicas e interativas que possibilitem reconhecer a compreensão dos avanços do discente em cada etapa de ensino.

Palavras-chave: Ensino Médio. Avaliação. Surdos

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem é um tema recorrente em reuniões pedagógicas, simpósios, congressos; além de ser disciplina “obrigatória” em diversos cursos de licenciatura. Avaliar é apontar valor. A avaliação, tal como estruturada e vivenciada

na maioria das escolas brasileiras, tem se estabelecido como principal mecanismo de apoio da lógica de organização do trabalho escolar e, portanto, comprovador do fracasso, ocupando o papel fundamental nas relações que se estabelecem entre os profissionais da educação, alunos e pais.

Falar em avaliação significa reportar-se a um olhar que distingue, que rompe a indiferença, que estabelece pontos de partida para apreciação da realidade. Porém, nota-se que, mesmo sendo um assunto aparentemente difundido, com tantos autores renomados fornecendo “receitas mágicas” para obtenção do sucesso, ainda restam muitas dúvidas quanto essa prática pedagógica. Levando em consideração a posição do docente como avaliador, oriundo também de um mesmo sistema “examinador” e não “avaliador”, fica a critério do mesmo a forma de como aplicar os testes em sala de aula. Remetendo ao que afirma Luckesi(2003,p.11) : “historicamente, passamos a denominar a prática de acompanhamento da avaliação da aprendizagem do educando de “Avaliação da aprendizagem escolar”, mas, na verdade, continuamos a praticar “exames”. Segundo o autor, a prática vigente nas escolas brasileiras é a “Pedagogia do exame”, aquela que é excludente, pontual e contradória. Ainda que o autor admita a serventia e a necessidade dos exames nas situações que exigem classificação, como os concursos, ENEM, para ele, “a sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação, deveria predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem, em vez de predominarem os exames como recursos classificatórios” (Luckesi, 2003, p. 47)

Identificando o aluno surdo

Levando em consideração a Declaração de Salamanca, desde 1994, recomendar que educação da pessoa surda considerasse a Língua de Sinais Nacional (nesse documento é denominado Língua Nacional de Signos), no Brasil, o reconhecimento da Língua Sinais aconteceu somente em 2002, com a lei nº 10.436/2002. A aprovação deste dispositivo legal gerou um passo importante para a discussão do processo educacional da pessoa surda, pois, na regulamentação desta lei, pelo Decreto nº 5.626/2005, foram evidenciados muitos pontos referentes às práticas e adaptações que garantirão o acesso, permanência e existência do aluno surdo na escola.

Tanto no decreto, quanto na lei, vemos ser comprovada que o surdo é aquele que desenvolveu uma compreensão preliminarmente visual do mundo, ou seja, que se comunica por um sistema visual espacial. Na Lei da Libras, no parágrafo único, Art. 1º, esta língua é definida como um:

[...] sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Ainda devemos levar em consideração o sistema linguístico familiar, onde muitas vezes, as pessoas que fazem desse convívio tem formas próprias de comunicação, sem usar as Libras, apenas gestos e leitura labial.

A Avaliação na Escola Regular

A avaliação da aprendizagem escolar está inserida em um contexto conservador, sendo reproduzido através daquilo que foi ensinado aos professores e repassado por eles aos seus discentes, o qual, muitas vezes, necessita do autoritarismo como modo de reprodução desse modelo. Entretanto, o mesmo não se reproduz ao aluno surdo. Ainda há um certo “medo” em aprovar ou reprovar um aluno com deficiência.

É perfeitamente possível que uma pessoa com deficiência auditiva se aproprie da língua portuguesa. O processo será dependente de uma série de fatores que induzem o aprendizado das duas as modalidades da língua: a oral e a escrita. Quanto à linguagem oral, questões como a idade em que se instalou e/ou foi descoberta a surdez, o grau de perda e a amplificação de possíveis residuais auditivos pelo uso de próteses, a necessidade de atendimento fonoaudiológico precoce e estruturado e o acompanhamento familiar interferem de maneira positiva às habilidades de natureza individual que uma criança surda manifesta em desenvolver a oralidade. Já no caso da

linguagem escrita, essa possibilidade pode ser garantida a todas as pessoas surdas, posto que a perda auditiva em nada interfere na apropriação da modalidade gráfico-visual da língua. Contanto que haja uma base linguística assegurada pelo acesso à língua de sinais como língua materna na infância, permutando a oralidade em conteúdo e função simbólica, não haverá danos ao aprendizado da escrita pelas crianças surdas. Entretanto, a possibilidade do aprendizado da escrita está ligada à forma como esse processo será organizado pela escola, considerando-se a necessidade da adesão de metodologias específicas de ensino, com professores especializados para este fim, como ocorre em situações de aprendizado de línguas estrangeiras. Essa comparação se justifica, haja vista que a criança surda não aprenderá o português como língua materna, mas como segunda língua. Ou seja, não podemos alfabetizar uma criança surda, se considerarmos a natureza do aprendizado envolto nesse processo.

A avaliação da aprendizagem do aluno com deficiência auditiva é algo digno de profunda reflexão. Os profissionais envolvidos nesse processo deverão estar sensatos de que o primordial é que os alunos consigam aplicar os conhecimentos adquiridos em seu dia a dia, de forma que esses saberes possibilitem uma presença de qualidade e o pleno exercício da cidadania.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa qualitativa representou a direção adequada à pesquisa, tendo, por exemplo, a subjetividade dos dados e a flexibilidade na sucessão das etapas da pesquisa (TRIVIÑOS, 2006). Esse questionamento vem possibilitando discussões sobre os problemas educacionais dos surdos. Considerou-se, também, pelo emprego do estudo de caso, uma vez que o foco era a escola e o pesquisador pretendia acompanhar a evolução de um processo e suas relações (TRIVIÑOS, 2006). O estudo de caso é indicado por Triviños (2006, p.133) como “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”

A pesquisa foi realizada em uma cidade pequena do interior do Estado de Pernambuco, em uma escola da rede pública estadual, em uma turma de 1º ano do Ensino Médio com três alunos surdos inclusos num total de 45 ouvintes. Os dados

foram obtidos por meio de registros realizados pela pesquisadora em diário de campo. A pesquisadora, também especialista em Língua Portuguesa, atuou como professora de Gramática e Literatura na sala referida.

Indagou-se aos professores se os alunos surdos possuíam uma avaliação diferenciada dos demais alunos ouvintes e como seria realizada esta avaliação. Infelizmente, a resposta para os professores foi a mesma. Não é feita qualquer realização de uma avaliação diferenciada para esses alunos.

Durante os quatro meses de intervenção, a pesquisadora acompanhou as aulas de seis disciplinas (Língua Portuguesa, Matemática, Química, Física, Biologia, e História) observando que os alunos surdos são acompanhados durante todo o período letivo por um intérprete de Libras, ficando ausente apenas nos períodos de lanche e almoço. Além disso, foi possível garantir a interlocução em Libras e a participação dos alunos surdos durante o processo de ensino-aprendizagem no período considerado. O ensino de Língua Portuguesa para os alunos surdos seguiu o mesmo cronograma desenvolvido com os alunos ouvintes, falantes nativos dessa língua. Os conteúdos não foram modificados para o aluno surdo. As estratégias de ensino e de avaliação também não foram alteradas para esses alunos.

A escola é, sobretudo, um espaço privilegiado aos surdos, no qual poderão encontrar surdos sinalizadores e se apoderar da língua de sinais. Se a escola for organizada para ouvintes, a Língua Portuguesa será a primeira língua e a língua de instrução e a criança surda não apresentará “uma língua na qual possa se basear na tarefa de aprender a ler e a escrever” (KARNOPP; PEREIRA, 2004)

Na prática analisada, nenhum professor das seis disciplinas consideradas apresentava conhecimento da língua de sinais, impossibilitando a implantação de um modelo bilíngue na escola. Complementarmente, no bilinguismo, o ensino da Língua Portuguesa deve ocorrer depois da aquisição da primeira língua, a de sinais, como base para a aprendizagem da língua prevalecte, que deve ocorrer inicialmente na modalidade escrita. O ensino da língua majoritária para surdos necessita atender as convicções do ensino de segunda língua.

O docente de Língua Portuguesa não buscou implantar um modelo de ensino de segunda língua, até mesmo, quando demonstrou reconhecer a importância da língua de sinais no processo ensino-aprendizagem e a carência de ajustar o programa para alunos surdos. Diante dessas condições, foi necessário que o professor intérprete de Libras organizasse o conteúdo e viabilizasse a instrução em Libras e a implementação de estratégias adequadas aos surdos. A condição do aluno surdo no processo ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa demonstra sua condição de reprimido: usa a língua de sinais, mas deve aprender em Língua Portuguesa, o que tange o “direito de interagir com o conhecimento através do uso de sua primeira língua, a língua de sinais” (GIORDANI, 2004, p. 73).

Boa parte dos conteúdos trabalhados em Química era demonstrada por solução de exercícios, o que era benéfico ao aluno surdo, pois a repetição possibilitava ao aluno terminar as atividades, como em Matemática, Física e Biologia.

A escola conta com três tipos de avaliação bimestrais, versando entre uma pesquisada pelo caderno (chamada de Estudo Dirigido), um simulado contendo 60 questões, realizado em dois dias, separando Português e Matemática das outras disciplinas, e a avaliação final bimestral, com 10 questões para cada matéria. Todos os alunos surdos participam de todas as avaliações apenas com o auxílio do intérprete de Libras e nada mais.

Como forma de avaliação dos conteúdos de Literatura, o docente utilizou prova individual sem consulta e seminário em grupo de 5 alunos. O aluno surdo pôde participar dos seminários com o apoio do professor de Libras, na preparação e na apresentação, o que mostrou o seu potencial de ambos, além de um tempo extraescolar do intérprete. O aluno apresentou seu trabalho em Libras e o professor de Libras realizou a interpretação para o português para os alunos ouvintes. Essa prática foi percebida como bem positiva: tanto pela possibilidade de participação do aluno surdo nas atividades quanto pelo contato da classe com a Libras em uso.

As aulas de redação se organizaram em torno de leitura e escrita da Língua Portuguesa e contaram como um dos recursos didáticos textos produzidos por e para ouvintes. Cabe aqui considerar que o ensino da escrita para surdos deve enriquecer os textos produzidos pelos surdos para refletir sobre sua própria produção. Nessas aulas, o

docente de apoio interpretou a exposição do professor e orientou os alunos na construção dos textos, explicando o tema proposto, lendo e salientando os artigos sugeridos como base e orientando a construção dos textos. Essas produções foram seguidas pelo professor de Libras e entregues ao professor da disciplina. O professor da disciplina respeitou o conteúdo e o considerou na avaliação dos alunos surdos.

No magistério da língua escrita, Quadros e Schmied (2006) propõem que as produções do aluno surdo sirvam para observações sobre a própria língua e a língua materna. Chamam a atenção para a importância das produções em sinais como textos literários, por exemplo, no ensino da Língua Portuguesa escrita. Para essas autoras é indispensável incentivar o registro das produções para que possam ser utilizadas no desenvolvimento da escrita de outros alunos.

Outro fator bastante relevante é que os professores regulares se reúnem quinzenalmente para planejarem as ações e projetos que serão desenvolvidos durante o tempo proposto. Entretanto, nenhum intérprete de Libras participa de tal momento, o que faz com que eles só obtenham conhecimento do que será vivenciado apenas na sala de aula ou através de avisos impressos na sala de professores por meio dos educadores de apoio.

Mesmo sendo uma escola estadual de grande porte, em quantidade de alunos e territorial, não conta com uma sala de recursos. Apenas com alguns laboratórios de química, biologia, línguas e informática. Os alunos surdos são agraciados apenas com aulas regulares e idas semanais à quadra da escola para praticar Educação Física, que por muitas vezes, optaram por ficarem sentados nas arquibancadas.

Tabela 01 – Quantitativo de Escolas Estaduais no Município

ESCOLAS	QUANTIDADE DE ESCOLAS
Escolas regulares inclusivas	03
Escolas com Sala de Recursos	02
Escolas com atendimento educacional especializado	01
Escolas com Intérpretes de Libras	03

Escolas com Alunos Surdos	03
---------------------------	----

Tabela 02 - Quantitativo de Alunos distribuídos na Escola Pesquisada

ESPECIFICAÇÃO	QUANTITATIVO DE ALUNOS
Alunos regulares	649
Alunos especiais	02
Alunos surdos	05

Diante dos números acima, nota-se que a escola pesquisada tem uma quantidade enorme de alunos para uma cidade no interior do estado, mas com poucos alunos especiais inclusos. Dos 05 surdos que lá estudam, 03 estão mesma sala de 1º ano do Ensino Médio com um intérprete durante todo o período letivo e outros 02 no 2º ano também com outro intérprete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma geral, avaliar pressupõe, definir princípios, em buscar de objetivos aos quais se pretende alcançar e estabelecer metas e instrumentos a fim de definir caminhos para atingir o êxito, deixando claro que a avaliação é um instrumento de punição ou castigo nem medição de padrões ou valores.

Percebe-se, por meio da exposição oral dos professores, que os meios de avaliação por eles utilizadas, de uma certa maneira, colaboram para que o surdo não seja reprovado ou negligenciado por não saber ler e escrever como o aluno ouvinte alfabetizado na Língua Portuguesa.

Perante tudo isso que foi exposto sobre avaliação da linguagem, torna-se necessário mostrar aos alunos a uma grande gama de textos, deixando sempre aberta a possibilidade para a emergência do outro (outro discurso, outra leitura, outro interlocutor, outro sentido...)

Segundo Fernando José de Almeida: “A avaliação é um revelador, uma alavanca de reflexão para o melhoramento da qualidade do ensino e do sistema educativo, é uma ferramenta de auxílio na decisão de ir rumo à vitória de todos os alunos e à vitória da escola”.

Ao expor um conteúdo, o professor não deve colocá-lo como terminado, completo e verdadeiro, mas sim propor questões e reger discussões que busquem respostas às mesmas, mostrando ao aluno, o quanto é essencial que ele saiba argumentar na defesa de suas posições e convicções. A avaliação auxilia como um recurso pedagógico ajudando o professor e o aluno na construção de uma aprendizagem expressiva na busca do desenvolvimento do educando. Evidentemente, o professor tem um papel extremamente importante, pois, cabe a ele desmistificar as práticas tradicionais, que levam a exclusão e classificação dos alunos em detrimento a uma avaliação da aprendizagem inclusiva, processual e construtiva, a fim de desenvolver a aprendizagem dos alunos.

Diante do que foi exposto, o método de ensino e aprendizagem do aluno surdo oferece aos professores o grande “desafio de se estabelecer uma forma de comunicação efetiva, visto que, uma vez ultrapassada a barreira da aquisição, as demais práticas educativas seriam condizentes com as empreendidas no ensino dos alunos ouvintes” (PEREIRA; MENDES, 2009, p. 43)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALMEIDA, Fernando José. **Avaliação educacional em debate: experiências no Brasil e na França** – São Paulo: Cortez Editora; EDUC, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002.

GIORDANI, L. F. **Encontros e desencontros da língua escrita na educação de surdos**. In: LODI, A. C.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. *Leitura e escrita no contexto da diversidade*. Porto Alegre: Mediação: 2004.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista** - Porto Alegre: Mediação, 2001, 30º ed.

KARNOPP, L. B. E PEREIRA, M.C.C. **Concepções de leitura e de escrita e educação de surdos.** In: LODI, A. C.; HARRISON, K .M. P.; CAMPOS, S. R. L. Leitura e escrita no contexto da diversidade. Porto Alegre: Mediação: 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições** - 11.ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

MAGALHÃES, Michelle Rezende. Revista TCBRASIL.
<http://revistatcbrasil.commm.br/wp-content/uploads/2017/10/iisos27.pdf>

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

PEREIRA, V. A.; MENDES, E. G. **Análise conceitual da deficiência auditiva: perspectivas históricas e educacionais.** In: da COSTA, M. da P. R. (Org). Educação Especial: aspectos conceituais e emergentes. São Carlos: EDUFSCar, 2009.